



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14432 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

POLÍTICAS PRÁTICAS COTIDIANAS: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO)

Marcelle Tenorio Monteiro Gomes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

POLÍTICAS PRÁTICAS COTIDIANAS: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO)

A pesquisa aborda as políticas de formação docente no Brasil e tem como um dos objetivos identificar as concepções de educação e de docência assim como as orientações para políticas educacionais dos organismos multilaterais através da leitura e análise de documentos da OCDE, Unesco e Banco Mundial nas políticas educacionais para formação de professores em vigência no Brasil, implementadas através da Resolução CNE 02/2019 que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A pesquisa também identifica e narra a construção dos movimentos de resistência à implementação da BNC-Formação através dos Fóruns Estaduais em Defesa do Curso de Pedagogia, do Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia e da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 compreendendo que as políticas não se restringem aos documentos oficiais e às leis, assim como não há distinção entre práticas cotidianas e políticas educacionais. No desenvolvimento da pesquisa trabalhamos com as noções de práticas e narrativas de Michel de Certeau (1994) e de “políticaspráticas” de Oliveira (2013).

Palavras-chave: cotidiano, mobilização, formação docente, políticas educacionais

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida no Mestrado em Educação e aborda a influência dos organismos multilaterais nas políticas educacionais no Brasil, especificamente nas políticas de formação de professores implementadas através da Resolução CNE 02/2019 que institui a BNC-Formação.

Considerando as recentes políticas educacionais brasileiras, artigos e documentos mostram a influência dos organismos multilaterais nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 (Resolução CNE 02/2017). De acordo com Hypolito (2019) a BNCC faz parte de uma estratégia de agenda global de reformas educacionais, articuladas por organismos multilaterais, na qual a ideia de um Currículo Nacional é associada aos programas e testes padronizados de avaliação em larga escala.

Com relação às políticas de formação docente, e seguindo as diretrizes da BNCC, em dezembro de 2019, MEC e CNE encaminharam a aprovação da Resolução CNE 02/2019, que define as BNC-Formação, revogando a Resolução CNE 02/2015.

Reafirmando os princípios político-epistemológicos do campo das pesquisas com os cotidianos, a pesquisa também foi realizada com olhar atento às ações dos praticantes. Recorremos às narrativas presentes nos movimentos que procuram disputar os sentidos de educação e de docência, mobilizando-se contra a implementação da BNC-Formação. Contar, através dessas narrativas é também narrar os processos que em meio à intensificação da centralização curricular e do controle sobre a docência e os currículos vem tensionando e produzindo resistências à hegemonia e à tendência de precarização da formação docente que as recentes políticas curriculares nacionais refletem, é um dos objetivos desse estudo. Ainda, nessa direção, as narrativas buscam indicar a mobilização de “políticaspráticas” (OLIVEIRA, 2013) de formação que emergem com a luta histórica do campo e das experiências dos diferentes contextos locais e institucionais.

No âmbito desse debate foi criado, em 2021, o Movimento Nacional em Defesa dos cursos de Pedagogia, considerado como um “espaçotempo” de mobilização das instituições educacionais, dos coletivos de educadores e de estudantes e das entidades nacionais ligadas à pesquisa em educação, formação de professores e currículo. Na pesquisa com os cotidianos seriam esses “espaçotempos” de resistência às políticas instituídas fundamentais para mostrar a criação e possibilidade de outra agenda. Para Alves (2017, p. 3), “a agenda dos docentes e pesquisadores pode tecer movimentos e produzir acontecimentos que vão além da simples resistência aos equívocos e mesmo imposições de eventuais políticas oficiais, considerando a resistência sempre necessária”.

Nesta direção, a pesquisa teve os seguintes objetivos: identificar as concepções de educação e de docência dos organismos multilaterais; mapear, nos documentos ^[1] e na atuação dos organismos multilaterais, as orientações para as políticas educacionais de formação de professores; identificar a influência dos organismos multilaterais nas políticas de formação docente no Brasil, especialmente na BNC-Formação; identificar e narrar os

movimentos que procuram disputar os sentidos de educação e de docência.

METODOLOGIA

Tratou-se de pesquisa qualitativa com ênfase na análise documental dos documentos constitutivos da BNCC, da BNC-Formação e das publicações e documentos dos organismos multilaterais, que indicam as diretrizes para a educação e para a formação de professores.

Partindo da compreensão que as políticas não se restringem aos documentos oficiais e às leis, assim como não há distinção entre práticas cotidianas e políticas educacionais, utilizamos o conceito de “políticaspráticas” (OLIVEIRA, 2013) concordando “que não há prática que não integre uma escolha política e que não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada” (OLIVEIRA, 2013, p. 375).

Considerando que o trabalho trata da análise das políticas nacionais, buscamos compreender como a política atual de formação docente no Brasil é influenciada pelas ações dos praticantes (CERTEAU, 1994) através da interação, mobilização e resistência nos cotidianos. As ações e influências dos praticantes nas políticas nacionais acontecem tanto no cotidiano das escolas (OLIVEIRA, 2013; ALVES, 2010), mas também através das produções acadêmicas, nas instâncias representativas e de mobilização em defesa da educação. Consideramos essas “políticaspráticas” tecidas pelos praticantes como um movimento de resistência e ressignificação das políticas.

Assim, foi importante compreender e identificar os movimentos e espaços que são construídos pelos sujeitos, através da interação, mobilização e resistência, como os Fóruns Estaduais em Defesa do Curso de Pedagogia, o Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia e a recém-criada Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE 02/2015.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A leitura e análise de documentos ^[2] dos organismos multilaterais permitiu identificarmos as orientações mais relevantes dos organismos para as políticas de formação docente, as quais refletem os sentidos de educação e de docência: (i) educação para o mercado de trabalho e para atender demandas econômicas; (ii) currículos escolares focados no objetivo de alcançar bons resultados nas avaliações educacionais em larga escala; (iii) proposição e implantação de “soluções” que vinculam os resultados e indicadores diretamente ao suposto déficit de formação dos professores, centralizando no professor o fracasso ou êxito escolar.

Percebemos essas diretrizes nos documentos fundadores da Resolução CNE 02/2019 que institui a BNC-Formação. Compreende-se que a aprovação dessa resolução foi um

movimento de adequação da política de formação de professores às diretrizes e orientações da BNCC, aprovada em 2017 através da Resolução CNE 02/2017. Antes da instituição da BNC-Formação, a política de formação docente estava orientada pela Resolução CNE 02/2015, revogada com a homologação a Resolução CNE 02/2019.

A Resolução CNE 02/2015 foi reconhecida por pesquisadores e por entidades da área como um documento que refletia, em boa parte, as lutas históricas pela formação docente comprometidas com a educação pública e com a valorização do magistério, bem como com os propósitos mais amplos de uma educação e uma formação atrelados à transformação social e à busca pela superação das desigualdades. Sua aprovação mobilizou nas instituições debates e processos de reformulação curricular que expressavam questões importantes para o campo da formação tais como: a articulação teoria-prática, os debates em torno dos limites de campos disciplinares para a educação e para a formação, a articulação entre os “espaçotempos” formativos, em especial com as escolas, dentre outros aspectos. A revogação dessa diretriz ocorreu enquanto os cursos e instituições ainda trabalhavam em suas propostas e políticas de formação, em alguns casos em uma trajetória de cerca de três anos de estudos e consolidações das propostas em suas matrizes curriculares. A interrupção desse processo pela homologação da BNC-Formação causou contestações, sobretudo pelo modo como a nova diretriz de 2019 foi formulada e homologada em tempo recorde e pelo fato de desconsiderar todo o tempo e trabalho dedicado pelos cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) até ali.

No contexto do processo que levou à revogação da Resolução CNE 02/2015 e à homologação da BNC-Formação, é evidente o processo de centralização curricular e controle expresso para os currículos da educação básica pela BNCC e como há o desdobramento na reconfiguração das diretrizes nacionais para a formação de professores. A articulação entre currículo e formação de professores que comumente integra a tríade do controle sobre a educação formada por currículo-avaliação-formação de professores fica deste modo evidente pela reconfiguração dos sentidos de docência, conseqüentemente dos sentidos dos conhecimentos e processos necessários à atuação e formação dos professores que leva à revogação da Resolução CNE 02/2015 e à apressada implementação da Resolução CNE 02/2019.

A BNC-Formação tem grande impacto nos cursos de Pedagogia, tanto na estrutura e organização, quanto na concepção. Diante desses processos diversas instituições educacionais, coletivos de educadores e entidades nacionais ligadas à pesquisa em educação, formação de professores e currículo se mobilizaram e lançaram notas de manifesto, em apoio à manutenção da Resolução CNE 02/2015 e de repúdio à BNC-Formação. Mais de quarenta entidades nacionais assinaram em 2019 uma Nota Contra a Descaracterização da Formação de Professores (ANFOPE et al., 2019).

Porém, apesar da BNC-Formação ter sido aprovada em 2019, o processo de implementação foi prejudicado devido à pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), que trouxe novos desafios para a educação mundial, fazendo surgir velhos e novos problemas

na educação no Brasil. Todavia também foi possível durante esse período a organização e mobilização de movimentos contra a BNC-Formação. Dentre as ações desses movimentos, podemos sistematizar os principais canais e tipo de atividades que foram criados para a mobilização. Os movimentos organizaram *lives* e webinários com debates convocados por entidades nacionais ligadas à pesquisa em educação, formação de professores e currículo e universidades. As atividades contaram com a participação de docentes, pesquisadores, estudantes, reitores e pró-reitores, secretários municipais de educação, representantes de fóruns estaduais de educação e de conselhos municipais de educação, sindicatos dos professores, centros acadêmicos, representantes de instituições como Anfope, ANPEd, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (ForumDir), Anpae e ABdC.

O Movimento Nacional em defesa dos cursos de Pedagogia está em plena ação, buscando a mobilização de políticas de resistência e em defesa da formação de professores. Em abril de 2023, no âmbito desse movimento, foi criada a “Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE/CP 02/2015”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante acompanhar os desdobramentos o Movimento Nacional em Defesa dos Cursos de Pedagogia, o considerando histórico por reunir tantas instituições, educadores, estudantes e pesquisadores no propósito de defesa de uma política de formação de professores reflexiva, plural e igualitária. Pretende-se continuar a investigação do movimento, entrevistando atores e acompanhando as mobilizações, compreendendo que os atores e esse movimento produz a política e tem influência no debate e nas disputas dos sentidos de educação e de docência nas diretrizes das políticas educacionais. Conforme indica Ball et al (2013, p. 11), “a educação é uma arena de lutas políticas em que a contestação de uma política no nível micro ou macro pode redefinir o curso das políticas no futuro”.

A pesquisa pretendeu contribuir para a reflexão e análise da construção e implementação de políticas educacionais, assim como mostrar a importância de contestação, mobilização e resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. A compreensão das políticas nas pesquisas com os cotidianos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mJZwtkYBWLNGDgyRZGVbSwF/?lang=pt#>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ALVES, Nilda. Formação de docentes e currículos para além da resistência. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qcCz9xPVpV5gb6dWSwSfYSg/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANFOPE, FNPE, FORUMDIR, ANPED, ABDC *et al.* Contra a descaracterização da formação de professores. Nota das entidades nacionais em defesa da Resolução 02/2015. *Formação em Movimento. Revista da ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação*, v.1, n. 2, p. 595-598, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/538>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BALL, Stephen J.; BAILEY, Patrick; MENA, Paula; DEL MONTE, Pablo; SANTORI, Diego; TSENG, Chun-ying; YOUNG, Helen; OLMEDO, Antonio. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5114>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HYPOLITO, Alvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículo e processos de “aprendizagemensino”: “políticaspráticas” educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteiras* [online], v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.htm>>. Acesso em: 9 set. 2021.

[1] Os documentos analisados foram: Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Jacques Delors (Org.), 1997 (edição brasileira); Professores são importantes - Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. OCDE, 2006; Professores Excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe. Barbara Bruns e Javier Luque (Orgs.), Banco Mundial, 2014 e Glossário de Terminologia Curricular, UNESCO, 2016 (edição brasileira).

[2] Ver nota 1.